
COMITÊ GESTOR REGIONAL DE PRIORIZAÇÃO DO PRIMEIRO GRAU
ATA DE REUNIÃO ORDINÁRIA

Data: 14/12/2015

Local: Sala 506-B – Prédio-Sede TRT4

Presenças: Desembargador Francisco Rossal de Araújo, Juízes do Trabalho Marcelo Bergmann Hentschke, Andrea Saint Pastous Nocchi, Cloceimar Lemes Silva e Mauricio Schmidt Bastos e os servidores José Américo Ilha de Quadros, Gabriel Pacheco dos Santos, Carolina da Silva Ferreira e Ruy Bittencourt de Almeida Neto.

Convidado: Gabriel Pereira Borges Fortes Neto, da Secretaria de Comunicação Social

Secretária: Tatiana Duarte Pina (AGE)

Hora de início: 17h40min

Hora de término: 18h10min

Aos quatorze dias do mês de dezembro do ano de 2015, às 17 horas e 40 minutos, na sala 506-B do Prédio-Sede do TRT4, ocorreu reunião ordinária do Comitê Gestor Regional de Priorização do Primeiro Grau, com as presenças supranominadas. Considerando a informação de que o Coordenador do Comitê, Desembargador Francisco Rossal de Araújo, estava atendendo uma visita no seu gabinete e, considerando-se o adiantado da hora, a condução da reunião foi iniciada pela Juíza Auxiliar da Presidência, Dra. Andrea Nocchi, conforme relato que segue: inicialmente, registra-se a aprovação da ata da reunião anterior, ocorrida em 30 de novembro. O Dr. Marcelo Bergmann informou que apresentará à Presidência pedido de renúncia ao cargo de membro titular do Comitê, a partir desta data, em razão da sua promoção ao cargo de Juiz Titular da 3ª Vara do Trabalho de Erechim. A Dra. Andrea Nocchi informou que, no entendimento da Desembargadora-Presidente, Beatriz Renck, não há necessidade de recomposição do Comitê, com exceção da consulta que será feita à AMATRA IV, na qual haverá o questionamento sobre o interesse na indicação de novo representante. Registra-se a presença na reunião do Dr. Cloceimar Lemes Silva, novo Juiz Auxiliar da Corregedoria. Na sequência, a reunião passa a contar com a presença do Des. Rossal, que assume a condução

dos trabalhos, tendo sido informado do pedido de renúncia do Dr. Marcelo Bergmann, razão pela qual informou que o Comitê deverá aguardar a formalização do pedido à Presidência para acompanhar qual procedimento de substituição será adotado, uma vez que a portaria do CNJ não trata da questão. A seguir, saudou a presença do Dr. Cloceimar e fez um breve relato ao magistrado das atividades do Comitê até o presente momento. A Dra. Andrea Nocchi questionou sobre o encaminhamento da proposta de redução no horário de atendimento, tendo sido informada de que o expediente administrativo já foi encaminhado à apreciação da Presidência. Informou, ainda, que a Presidente analisará o expediente administrativo que trata da proposta do Comitê de implementação do cargo de segundo assistente, comprometendo-se a informar o Comitê tão logo haja algum posicionamento em relação ao tema. Reafirmou o comprometimento da nova Presidente de que o assunto será uma das prioridades da sua gestão, embora a perspectiva em relação ao orçamento do próximo ano e aprovação de novos cargos não seja boa, dada a crise econômica atual. O Des. Rossal sugeriu que o Comitê aprofunde-se nos dois temas em andamento: a questão do aperfeiçoamento da capacitação dos servidores e os impactos do PJe-JT na saúde de magistrados e servidores. O último tema deve ser trabalhado a partir de agora, uma vez que foi concluída a implementação do sistema em cem por cento do Judiciário trabalhista da 4ª Região. Foi citada a implantação do PCMSO (Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional) no Tribunal. Carolina informou que a implantação encontra-se em andamento, com a execução das anamneses. Explicou que o trabalho é feito por empresa contratada e a supervisão é de incumbência da Coordenadoria de Saúde. Em que pese a Assessoria de Gestão Estratégica não acompanhar o trabalho, por se tratar de ação administrativa institucional, informou que a execução das anamneses no interior do Estado foi prejudicada em razão da greve, tendo sido replanejado o cronograma em conjunto com a Coordenadoria de Saúde. A Dra. Andrea Nocchi questionou sobre o projeto estratégico que avaliará o impacto do PJe-JT na saúde de magistrados e servidores. Carolina informou que o projeto não foi iniciado em razão do término da implantação do PJe-JT ter ocorrido no último mês de outubro e que a questão será tratada na próxima reunião de análise da estratégia, marcada para a próxima quinta-feira. O Des. Rossal disse que o Comitê pode opinar e auxiliar nessa questão,

questionando se não seria o caso de contratar uma empresa externa para executar o trabalho. Carolina sugeriu como procedimento analisar primeiramente o andamento da implementação do PCMSO e verificar a possibilidade de que haja um desdobramento para analisar os impactos do PJe-JT, sugestão que contou com a concordância da Dra. Andrea Nocchi. Explicou que o PCMSO não possui como foco específico, nem obrigatoriedade de analisar os impactos do PJe-JT, mas sim realizar um estudo geral das condições da saúde de magistrados e servidores no ambiente de trabalho. O Des. Rossal propôs como encaminhamento que o Comitê eleja como prioridade para o ano que vem o acompanhamento desse projeto estratégico, sugerindo que, em caso de análise qualitativa, o estudo seja iniciado nas primeiras unidades judiciárias em que o sistema foi implementado, já que nessas unidades a amostragem será melhor. Opinou que a análise qualitativa é mais econômica do que a quantitativa, sem prejuízo de que, no futuro, o estudo seja realizado em todas as unidades. Ruy Bittencourt pediu a palavra para relatar que o sindicato vem enfrentando, desde a gestão anterior, problemas com a empresa contratada pelo Tribunal para a implementação do PCMSO (empresa CONSETRA - Consultoria em Segurança do Trabalho). Informou que o sindicato não foi informado do agendamento das visitas da referida empresa e, em algumas ocasiões, o aviso ocorreu 24 horas antes da data, o que inviabilizou o acompanhamento. Disse que o acompanhamento do sindicato é importante, já que possui equipe qualificada para tratar da questão, podendo, inclusive, auxiliar a Administração do Tribunal. Informou o posicionamento contrário do sindicato em relação à contratação de empresa para realizar o estudo dos impactos do PJe-JT na saúde de magistrados e servidores, uma vez que a medida onera o Tribunal. Colocou a equipe técnica do sindicato à disposição para atuar conjuntamente com o Tribunal na questão. O Des. Rossal reiterou o posicionamento de que a análise seja qualitativa, de forma a melhor retratar o objetivo pretendido. Ruy Bittencourt informou, ainda, que o sindicato realizará pesquisa sobre a saúde dos servidores. A tarefa deve ser realizada no próximo semestre e há a previsão de coleta de dados qualitativos sobre os impactos do PJe-JT. Sugeriu trabalho conjunto com o Tribunal, abrindo espaço dentro da pesquisa do sindicato para questionamentos que o Tribunal entenda oportunos. **O Dr. Mauricio Bastos sugeriu que o Comitê consulte a Coordenadoria de Saúde**

acerca da existência de dados relacionados a licenças e afastamentos em razão de problemas de saúde oriundos do trabalho com o PJe-JT. A sugestão contou com a concordância dos presentes, deliberando-se pela consulta. Na sequência, a Dra. Andrea Nocchi sugeriu que o Comitê retome a consulta a magistrados e servidores sobre o envio de sugestões de temas para atuação do Comitê. O Des. Rossal concordou com a sugestão e agregou à tarefa o envio de um resumo com as atividades realizadas pelo Comitê durante o ano de 2015, mediante expedição de ofício. Ainda, decidiu-se pela periodicidade na consulta sobre temas para atuação do Comitê, deliberando-se que o primeiro envio aconteça a partir de 20 de janeiro, depois no final de fevereiro e em março, fixando-se como prazo final para coleta de sugestões a data de 04 de abril. A seguir, Ruy Bittencourt lembrou que o CNJ editou a Resolução nº 207/2015, na qual é instituída a Política de Atenção Integral à Saúde de Magistrados e Servidores do Poder Judiciário. Explicou que a Resolução estabelece uma série de diretrizes e ações que os Tribunais deverão adotar e requereu a parceria do Comitê na busca da implementação dessa Resolução no Tribunal, informando que o pedido será oficialmente encaminhado à Presidente, Desembargadora Beatriz Renck. O Des. Rossal concordou com o requerimento, dizendo que o Comitê também pode auxiliar na implementação dessa política no Tribunal. Ao final da reunião, a Dra. Andrea Nocchi requereu que as próximas reuniões ordinárias tenham periodicidade mensal. O Des. Rossal não se opôs ao pedido, dizendo que reuniões extraordinárias poderão ser agendadas conforme necessidade. O cronograma das próximas reuniões será tratado na primeira reunião ordinária do ano de 2016. **A próxima reunião ordinária do Comitê está agendada para o dia 14 de março de 2016, às 17h, na sala 506-B.** Reunião encerrada às 18 horas e 10 minutos. Ata subscrita pela servidora Tatiana Duarte Pina, Assistente, lotada na Assessoria de Gestão Estratégica, Dados Estatísticos e Apoio às Ações Institucionais~~~~~